



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

**PARECER Nº 1/2017/GABIN**

PROCESSO Nº 02001.116102/2017-18

INTERESSADO: GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO IBAMA, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**ASSUNTO: Lei Geral do Licenciamento Ambiental**

**Ementa:** Análise do parecer do Relator da CFT da Câmara dos Deputados para a Lei Geral do Licenciamento Ambiental protocolado no dia 08/08/2017.<sup>1</sup>

1. Em 08/08/2017, o Deputado Mauro Pereira (PMDB/RS) apresentou à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados mais uma versão de seu parecer ao PL nº 3.729/2004 e apensos (Lei Geral do Licenciamento Ambiental). O novo parecer segue anexo ([documento SEI nº 0579986](#)).

2. O Ibama, assim como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), defendem a importância de se aprovar a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Têm envidado todos os esforços possíveis para apoiar as discussões sobre essa lei. A ideia é que os atores governamentais e não governamentais envolvidos no debate cheguem, em prazo breve, a um texto que traga a consistência técnica e jurídica necessária para a futura Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

3. É importante reconhecer que o número de dispositivos legais em relação aos quais há dissenso foi reduzido bastante em relação a versões anteriores do parecer do Relator.

4. Ocorre que há, ainda, pontos com problemas sérios na versão do Relator datada de 08/08/2017. Há imprecisões e omissões, bem como retrocessos em relação à legislação em vigor. Se a lei for aprovada com esses problemas, consideramos que será gerada insegurança jurídica, colidindo com os objetivos da Lei Geral. Passamos a detalhar esses pontos.

5. Primeiro problema - desconsideração do aspecto locacional na definição do tipo de procedimento a ser observado (art. 12):

5.1. A redação do relator continua a não considerar a localização do empreendimento como elemento necessário, juntamente com sua natureza e seu porte, na definição do rito de procedimento ambiental a ser adotado (trifásico ou simplificado). Faz referência apenas à possibilidade de se considerar o zoneamento ambiental.

5.2. Com a lacuna sobre o aspecto locacional na futura lei, serão exigidos estudos desnecessários, além de se potencializarem conflitos normativos entre os entes federados. Cada unidade da federação poderá definir a forma com a qual irá determinar o procedimento sem o amparo em uma regra básica. Com isso, um mesmo empreendimento poderá ser objeto de procedimento trifásico com EIA/RIMA em um estado, e de licença por

adesão e compromisso em outro, o que colide com o objetivo de uma Lei Geral. Nesse quadro, a tendência é a configuração de uma “guerra ambiental” negativa entre os entes da federação. A menção genérica à possibilidade de se considerar o zoneamento ambiental, deve-se compreender, não supre a necessidade de inclusão expressa da variável locacional.

5.3. A forma genérica como se coloca a delegação aos estados no art. 12 do texto do relator pode ser entendida como caracterizando injuridicidade. Normas gerais necessitam estabelecer parâmetros básicos que possam ser complementados pelos estados e municípios, não simplesmente estabelecer uma delegação ampla que poderá esvaziar a relevância do restante da lei.

5.4. A proposta do Ibama é de que, em face do dissenso sobre esse assunto, a lei preveja expressamente que o procedimento de licenciamento ambiental e o estudo ambiental a ser exigido serão definidos pela relação da localização do empreendimento com seu potencial poluidor ou degradador, considerando sua natureza e seu porte. Regulamento do Executivo, construído após debate com os entes federados, regulamentaria as disposições nesse sentido. Até que fosse publicado esse regulamento, a autoridade licenciadora teria o poder decisório sobre o tema, mas necessariamente considerando o aspecto locacional.

6. Segundo problema – enfraquecimento do poder dos órgãos gestores de Unidades de Conservação (art. 2º, III, “d”; art. 30, § 2º; e art. 50):

6.1. O texto do relator define como não vinculante a manifestação do órgão gestor da Unidade de Conservação em relação ao empreendimento nela situado. Considera-se que essa situação configura um retrocesso inaceitável em relação às regras atualmente em vigor. Não se pode pretender impor ao órgão responsável pela UC um empreendimento que colida com sua gestão.

6.2. Além disso, a proposta do relator intenta restringir a manifestação do órgão gestor de UC aos casos de licenciamento ambiental com Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA).

6.3. Ponto especialmente preocupante é a previsão de revogação do § 3º do art. 36 da Lei nº 9.985/2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc), que estabelece atualmente: “Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo”.

6.4. Consideramos que, da forma como esse tema consta no texto do Relator, haverá colisão com o disposto no art. 225, § 1º, III, da Constituição Federal.

7. Terceiro problema – flexibilização do rigor com relação aos empreendimentos lineares (art. 4º, § 4º):

7.1. O referido parágrafo prevê que a licença de instalação (LI) de empreendimentos lineares destinados aos modais ferroviário e rodoviário, assim como serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica, deverá contemplar programas e condicionantes ambientais que permitam o início da operação logo após o término das instalações.

7.2. Ora, essa redação, na prática, transforma todos os procedimentos de licenciamento de empreendimentos lineares em bifásicos. A licença de operação (LO) restará totalmente esvaziada nesses casos. Há empreendimentos lineares complexos em

que essa flexibilização não pode ser aceita.

7.3. Consideramos que os casos de procedimentos bifásicos devem ser guiados pelo disposto no art. 15. Se as características do empreendimento justificarem, a autoridade licenciadora pode aglutinar LI e LO. Se requerido EIA, a aglutinação também poderá ocorrer em determinadas situações (art. 13, § 3º).

8. Quarto problema – ampliação da isenção de licença para agropecuária (art. 7º, I; e art. 41):

8.1. Os textos que vinham sendo trabalhados nesse processo legislativo previam isenção do licenciamento ambiental para cultivo de espécies de interesse agrícola e pecuária extensiva, realizadas em áreas de uso alternativo do solo, desde que o imóvel rural estivesse regular ou regularizado na forma da Lei nº 12.651/2012 (nova Lei Florestal). Em outras palavras, cumprisse suas obrigações especialmente quanto às áreas de preservação permanente e reserva legal.

8.2. A proposta apresentada no dia 08/08/2017 troca “regularizado” por “em regularização”. No art. 41, define como “em regularização” o imóvel que se encontre pendente de análise do respectivo Cadastro Ambiental Rural (CAR) e aquele cujo titular esteja cumprindo as obrigações assumidas em termo de compromisso decorrente da regularização prevista na nova Lei Florestal.

8.3. A distorção está na referência a imóveis que se encontrem pendentes de análise. Ora, a simples declaração do proprietário no sistema do CAR não pode gerar direitos sem que esses dados sejam previamente validados pelos órgãos estaduais competentes. Assegurada a manutenção de todas as outras exigências legais (autorização de supressão de vegetação, outorga de recursos hídricos e outras), essa isenção de licença pode ser de alguma forma aceita para aqueles que, comprovadamente, estejam cumprindo suas obrigações em face da legislação florestal.

9. Quinto problema – possibilidade de dispensa de estudo ambiental no procedimento em fase única (art. 16, parágrafo único):

9.1. No referido parágrafo, fica prevista a possibilidade de o estudo ambiental ser dispensado nos procedimentos de licenciamento ambiental em fase única. Ora, como a autoridade poderá emitir a licença sem respaldo em um estudo ambiental? Mesmo que seja um estudo simples, ele necessita existir.

9.2. A possibilidade de dispensa de estudo apresentado pelo empreendedor deve ficar restrita à licença por adesão e compromisso. Nela, os impactos ambientais são previamente conhecidos e mensurados pela autoridade licenciadora (art. 17).

10. Sexto problema – restrição quanto à suspensão ou ao cancelamento de licença (art. 10, caput, III):

10.1. O referido inciso restringe a possibilidade de suspensão ou cancelamento de licença na ocorrência de acidentes aos casos em que se verifique significativo dano ambiental. Ora, acidentes de menor proporção com frequência são prenúncio de acidentes maiores e, desde que de forma justificada, podem ser suficientes para demandar a suspensão de uma licença. O mesmo comentário se aplica aos pequenos acidentes que ocorram de forma reiterada.

11. Em face do acima exposto, avalia-se que o substitutivo do relator na CFT apresentado em 08/08/2017 necessariamente demanda ajustes técnicos e jurídicos anteriormente à sua votação.

12. Por fim, deve ser lembrado que há um conjunto de outros pontos que podem ser objeto de questionamento no texto do Relator por atores relevantes. A Associação Nacional de Órgãos

Municipais de Meio Ambiente (Anamma), por exemplo, considera que o conteúdo do art. 11 é insuficiente para substituir a manifestação dos órgãos locais no âmbito do processo de licenciamento como ocorre hoje. Representantes do Ministério Público e de importantes organizações da sociedade civil têm questionado com vigor a qualificação como não vinculante da manifestação da Funai e outras autoridades envolvidas. São exemplos que deixam claro que as polêmicas sobre a proposta não se esgotam nos seis problemas acima destacados pelo Ibama.

**SUELY ARAÚJO**  
Presidente do Ibama

---

<sup>1</sup> Na análise, foi incorporado o conteúdo de debates realizados com a equipe técnica do MMA e do Ibama. Agradeço especialmente o empenho e a parceria de Marília Marreco Cerqueira, Ana Lúcia Lima Barros Dolabella, Maria Ceicilene Aragão Martins, Rose Mirian Hofmann e Larissa Carolina Amorim dos Santos.



Documento assinado eletronicamente por **SUELY MARA VAZ GUIMARAES DE ARAUJO, Presidente**, em 15/08/2017, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://ibamanet.ibama.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **0579655** e o código CRC **D847DD08**.

## **PROJETO DE LEI Nº 3.729, DE 2004**

(Apensados: PLs nºs 3.957/2004, 5.435/2005, 5.576/2005, 1.147/2007, 2.029/2007, 358/2011, 1.700/2011, 2.941/2011, 5.716/2013, 5.918/2013, 6.908/2013, 8.062/2014, 1.546/2015, 3.829/2015, 4.429/2016, 5.818/2016, 6.411/2016, 6.877/2017 e 7.143/2017)

Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.

**Autores:** Deputados LUCIANO ZICA E OUTROS

**Relator:** Deputado MAURO PEREIRA

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei (PL) nº 3.729, de 2004, do Deputado Luciano Zica e outros, dispõe sobre o licenciamento ambiental e regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, pelo qual se exige, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

No decorrer dos treze anos em que tramita na Câmara dos Deputados, foram apensados a ele outros dezoito projetos tratando do mesmo tema ou de matérias análogas, a saber:

- PL nº 3.957/2004, da Deputada Ann Pontes, que disciplina de forma ampla o licenciamento ambiental e sua aplicação pelos órgãos ou entidades competentes, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente);

- PL nº 5.435/2005, do Deputado Ivo José, que altera a Lei nº 6.938/1981 para ampliar a proteção ao meio ambiente e dar celeridade ao processo de recuperação ambiental;
- PL nº 5.576/2005, do Deputado Jorge Pinheiro, que dispõe sobre prazos de licenciamento ambiental, de acordo com o porte e o potencial poluidor do empreendimento ou atividade produtiva;
- PL nº 1.147/2007, do Deputado Chico Alencar e outros, que determina a obrigatoriedade, para o licenciamento de obra ou atividade utilizadora de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidoras e empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, da realização do balanço de emissões de gases do efeito estufa;
- PL nº 2.029/2007, do Deputado Betinho Rosado, que altera a Lei nº 6.938/1981 para dispor sobre atribuições dos municípios;
- PL nº 358/2011, do Deputado Júlio Lopes, que determina prioridade para a tramitação do licenciamento ambiental de atividades que tenham como objetivo a conservação e melhoria do meio ambiente;
- PL nº 1.700/2011, do Deputado Silas Câmara, que altera a Lei nº 6.938/1981 para estabelecer que os riscos sísmicos sejam considerados no âmbito do licenciamento ambiental;
- PL nº 2.941/2011, do Deputado Ronaldo Benedet, que altera dispositivo na Lei nº 6.938/1981 fixando o prazo máximo de 90 dias para os órgãos ambientais decidirem sobre os pedidos de licenciamento ambiental;
- PL nº 5.716/2013, do Deputado Alessandro Molon, que dispõe sobre os objetivos e competências dos órgãos licenciadores responsáveis pela avaliação e aprovação de estudos de impactos ambientais de planos, programas e projetos potencialmente causadores de significativa degradação ambiental;
- PL nº 5.918/2013, do Deputado Jorge Silva, que dispõe sobre a exigência de Plano de Controle da Contaminação Ambiental para fins de licenciamento ambiental;

- PL nº 6.908/2013, do Deputado Wolney Queiroz, que dispõe sobre as exigências ambientais para a concessão de financiamentos oficiais;
- PL nº 8.062/2014, do Deputado Alceu Moreira, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal;
- PL nº 1.546/2015, do Deputado Ronaldo Benedet, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;
- PL nº 3.829/2015, do Deputado Rômulo Gouveia, que acresce dispositivo à Lei nº 6.938/1981 para incluir projetos de piscicultura como parte integrante do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas nos processos de licenciamento ambiental de atividades mineradoras;
- PL nº 4.429/2016, do Deputado Wilson Filho, que dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional;
- PL nº 5.818/2016, do Deputado Augusto Carvalho, que altera o art. 12 da Lei nº 6.938/1981 para tornar expressa a corresponsabilidade da instituição financeira na concessão de financiamento a projetos ambientais sujeitos a licenciamento ambiental;
- PL nº 6.411/2016, do Deputado Newton Cardozo Jr, que acresce o § 6º ao art. 35 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e altera a descrição do Código 20 do anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para dispensar do licenciamento ambiental a atividade de silvicultura quando o plantio e a condução de espécies florestais nativas ou exóticas se der em áreas rurais consolidadas, ou em áreas que se encontrem degradadas em função de impacto antrópico a qualquer tempo, e desde que localizadas fora das Áreas de

Preservação Permanente ou de Reserva Legal. Revogam-se, parcialmente, a Resolução Conama 1/86 e a Resolução Conama 237/97;

- PL nº 6.877/2017, do Deputado Jaime Martins, que altera a Lei nº 6.938/1981 para incluir a análise de risco de desastre no âmbito do licenciamento ambiental; e

- PL nº 7.143/2017, do Deputado Francisco Floriano, que altera a Lei nº 6.938/1981 para dispor sobre o processo de licenciamento ambiental.

Com relação à tramitação dos projetos, inicialmente eles haviam sido distribuídos às Comissões: de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), para análise do mérito; de Finanças e Tributação (CFT), para análise do mérito e para fins do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para fins do art. 54 do RICD.

Em 20/12/2013, contudo, foi deferido o Requerimento nº 9.153/2013, no qual se pediu a distribuição do processo também à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR). Com a aprovação do requerimento, a distribuição passou a ser a seguinte: CAPADR, CMADS, CFT (mérito e art. 54 do RICD) e CCJC (art. 54 do RICD).

Na CAPADR, foi aprovado por unanimidade, em 14/05/2014, o parecer do Relator, Deputado Moreira Mendes, pela aprovação da proposição principal e dos PLs nºs 3.957/2004, 5.576/2005, 1.700/2011, 2.941/2011 e 5.716/2013, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição dos PLs nºs 5.435/2005, 1.147/2007, 2.029/2007, 358/2011, 5.918/2013 e 6.908/2013, apensados.

Na CMADS, foi aprovado por unanimidade, em 14/10/2015, parecer de lavra do Deputado Ricardo Tripoli, nos termos da Complementação de Voto, pela aprovação da proposição principal e dos PLs nºs 3.957/2004, 5.435/2005, 1.147/2007, 358/2011, 1.700/2011, 5.716/2013, 5.918/2013, 6.908/2013, 8.062/2014 e 1.546/2015, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição dos PLs nºs 5.576/2005, 2.029/2007 e 2.941/2011, apensados.



Na CFT, a proposição foi objeto de sete pareceres, todos de minha autoria, tendo o último sido apresentado em 27 de abril de 2017, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.729/2004, principal, e dos PLs nºs 3.957/2004, 5.435/2005, 5.576/2005, 1.147/2007, 2.029/2007, 358/2011, 1.700/2011, 2.941/2011, 5.716/2013, 5.918/2013, 6.908/2013, 8.062/2014, 1.546/2015, 3.829/2015, 4.429/2016, 5.818/2016, 6.877/2017 e 7.143/2017, apensados, e dos Substitutivos da CAPADR e da CMADS; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.729/2004, principal, e dos PLs nºs 3.957/2004, 5.576/2005, 358/2011, 1.700/2011, 2.941/2011, 5.716/2013, 8.062/2014, 1.546/2015, 4.429/2016, 6.877/2017 e 7.143/2017, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição dos PLs nºs 5.435/2005, 1.147/2007, 2.029/2007, 5.918/2013, 6.908/2013, 3.829/2015 e 5.818/2016, apensados.

Além dos esforços conduzidos no âmbito da CFT, o Poder Executivo intermediou a discussão para aprimorar ainda mais o texto da proposição. Nesse intuito, conduziu uma série de reuniões e debates a partir do texto aprovado na CMADS. Desse trabalho, resultou este novo Substitutivo, que ora submeto à apreciação deste Plenário.

A proposição está sujeita à apreciação do Plenário e tramita em regime de urgência (art. 155, RICD).

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Cabe a este Relator analisar os projetos em epígrafe, os quais não apresentam aumentos diretos de despesas para o setor público nem a redução de receitas. Todavia, prevê-se o aumento da eficiência da atuação dos órgãos licenciadores e intervenientes, com o estabelecimento de prazos para manifestações e emissão de licenças.

Daí, em razão dessas novas exigências de eficiência, certamente haverá economia de recursos, mesmo tendo sido retirada a proposta de aumento da taxa de licenciamento ambiental federal constante no

projeto original e em alguns de seus apensos, durante as negociações para a elaboração do Substitutivo que ora proponho. Desta forma, reputo adequados, financeira e orçamentariamente, o projeto principal e seus apensados.

No mérito, a questão do licenciamento ambiental e da elaboração de estudos ambientais, entre os quais o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório (EIA/Rima), de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais ou potencialmente causadores de degradação do meio ambiente vem sendo discutida nesta Casa há quase três décadas, sem que nenhum projeto tenha sido transformado em lei até o momento.

O tema foi abordado de maneira abrangente pelo Projeto de Lei nº 710, de 1988, de autoria do Deputado Fábio Feldmann, que teve Substitutivos aprovados nas três comissões da Casa pelas quais tramitou e se encontra pronto para a Ordem do Dia no Plenário desde 1º/02/1999. Hoje, essa proposição, naturalmente, se encontra desatualizada. De toda forma, é importante destacar que Feldmann foi o primeiro parlamentar a propor que as normas nacionais sobre licenciamento ambiental fossem objeto de diploma legal próprio, indo além da Lei nº 6.938, de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente).

Foi a Lei nº 6.938/1981, ainda antes do advento da atual Constituição Federal, que introduziu o tema dos estudos e do licenciamento ambiental na ordem jurídica interna. Seu art. 9º cita “a avaliação de impactos ambientais” (inciso III) e “o licenciamento (...) de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras” (inciso IV) como instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Já seu art. 10 prevê que “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental” (redação atual dada pela Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011).

Com a ausência de lei federal acerca da matéria, o EIA/Rima e o licenciamento ambiental vêm sendo regulados, entre outras normas do órgão

colegiado, pelas Resoluções nºs 001, de 1986, e 237, de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), as quais, juntamente com as legislações ambientais dos estados e de alguns municípios, constituem o balizamento técnico e jurídico da matéria. É evidente que a falta de uma lei federal vem provocando diversos questionamentos quanto à constitucionalidade e à legalidade das regras ora em vigor.

Conflitos de competência entre os entes federados também eram frequentes – e ainda o são, embora em menor escala – até a edição da Lei Complementar nº 140/2011, que fixa normas para cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum em matéria ambiental. Tal norma complementar dá cumprimento ao *mandamus* constitucional insculpido no art. 23, parágrafo único, da Lei Maior.

A gama de normas infralegais que regem o licenciamento cresce a cada dia, agravando a instabilidade regulatória para aqueles que se submetem ao procedimento. Mais recentemente, têm sido editadas portarias pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) estabelecendo regras sobre o licenciamento de determinados tipos de empreendimentos, tornando ainda mais frágil e complexo o embasamento jurídico dessa matéria.

Com o objetivo, portanto, de oferecer uma proposição ampla, consistente e atualizada sobre o tema, e resgatando o que há de melhor em cada projeto de lei ora em tramitação, este Relator optou por oferecer um novo Substitutivo, que anexa a este parecer. Ele tem como base a proposta trazida pelo Poder Executivo, a qual, por sua vez, foi estruturada a partir do Substitutivo aprovado na CMADS.

A seguir, faz-se uma breve explanação sobre o que foi acolhido ou rejeitado em cada um dos apensados:

- O PL nº 3.957/2004 disciplina de forma ampla o licenciamento ambiental e sua aplicação pelos órgãos ou entidades competentes, integrantes do Sisnama. Juntamente com o principal, o projeto foi um dos balizadores do Substitutivo aprovado na CMADS, o qual evoluiu para o

texto que ora se propõe. Assim, o voto é pela aprovação do PL na forma do Substitutivo anexo.

- O PL nº 5.435/2005 pretende inserir os arts. 10-A, 10-B e 10-C na Lei nº 6.938/1981, para prever a exigibilidade de apresentação, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, de plano de gestão de riscos ambientais e de garantias reais (hipoteca, anticrese, penhor), seguro de responsabilidade civil ou carta de fiança bancária, para fazer face à recuperação de eventuais danos ambientais provocados pelo empreendimento. Tal previsão foi incluída no Substitutivo sob a forma de estímulo, na medida em que prevê condições especiais de licenciamento para o empreendedor que possua seguros, garantias ou fianças ambientais de sua atividade ou empreendimento.

- O PL nº 5.576/2005 dispõe sobre prazos de licenciamento, de acordo com o porte e o potencial poluidor do empreendimento ou atividade produtiva. Para as licenças prévia (LP) e de instalação (LI), propõe como prazos mínimos aqueles dos cronogramas do empreendimento e, como prazos máximos, três e quatro anos, respectivamente; para a licença de operação (LO), prazo mínimo de dois e máximo de cinco anos. Também atribui a competência para o licenciamento aos estados e ao Distrito Federal, deixando para a esfera federal os empreendimentos com impacto de âmbito nacional ou regional, nos termos do art. 10 da Lei nº 6.938/1981. No Substitutivo deste Relator, foram previstos prazos mais dilatados para as licenças e, quanto à questão das atribuições dos entes federados, é matéria atinente à já citada Lei Complementar nº 140/2011, razão pela qual a proposição está sendo rejeitada.

- O PL nº 1.147/2007 obriga à realização do balanço de emissões de gases de efeito estufa no processo de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos potencialmente degradadores, nas fases de implantação e operação, bem como à previsão de medidas mitigadoras ou compensatórias das emissões. Muito embora possa ser incluída pela autoridade licenciadora no Termo de Referência, tal previsão, por ser específica unicamente para certos tipos de atividades ou empreendimentos,

não foi incluída no Substitutivo, razão pela qual se está rejeitando este projeto de lei.

- O PL nº 2.029/2007 altera dispositivos da Lei nº 6.938/1981, visando garantir aos municípios direitos que lhes foram atribuídos constitucionalmente, a exemplo da Resolução Conama nº 237/1997, tais como poder de polícia e de normatização ambiental, bem como competência legal para o licenciamento de empreendimentos com impacto local e dos que lhe forem delegados pelo Estado por instrumento legal ou convênio. Como nas previsões do PL nº 5.576/2005, trata-se de matéria atinente à Lei Complementar nº 140/2011, razão pela qual não foi incluída no Substitutivo. Não haveria como fazê-lo, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar.

- O PL nº 358/2011 determina que o licenciamento da execução de atividades e da implantação de empreendimentos destinados a recuperar, melhorar ou manter a qualidade dos recursos hídricos, das praias, do solo e do ar terá tramitação em regime de prioridade. Tal previsão foi contemplada genericamente no Substitutivo na forma de procedimento simplificado para atividades e empreendimentos desse tipo.

- O PL nº 1.700/2011 insere dispositivo na Lei nº 6.938/1981, estabelecendo que sejam considerados no âmbito do licenciamento ambiental os riscos sísmicos, bem como as opções técnicas direcionadas à redução da vulnerabilidade sísmica das construções. Isso já ocorre no âmbito dos estudos ambientais relativos ao meio físico, embora apenas para empreendimentos que o requeiram, como usinas hidrelétricas e nucleares, por exemplo. O Substitutivo mantém os estudos do meio físico, incluindo diagnóstico, prognóstico, medidas mitigadoras e compensatórias e monitoramento, embora não cite especificamente os estudos sísmicos.

- O PL nº 2.941/2011 também insere dispositivo na Lei nº 6.938/1981, fixando o prazo máximo de noventa dias para os órgãos ambientais decidirem sobre os pedidos de licenciamento ambiental. O Substitutivo estabelece prazos diferenciados para a LP, LI e LO, mas nenhum deles de noventa dias. Concorde-se com a necessidade de serem fixados

prazos máximos, mas as disposições legais sobre esse aspecto necessitam ser consistentes com a importância e complexidade do processo de licenciamento ambiental. Por isso, esta proposição está sendo rejeitada.

- O PL nº 5.716/2013 dispõe sobre os objetivos e competências dos órgãos licenciadores responsáveis pela avaliação e aprovação de estudos de impactos ambientais de planos, programas e projetos potencialmente causadores de significativa degradação ambiental. O projeto foi um dos balizadores do Substitutivo aprovado na CMADS, o qual evoluiu para o texto que ora se propõe. Assim, o voto é pela aprovação deste projeto na forma do Substitutivo anexo.

- O PL nº 5.918/2013 dispõe sobre a exigência de Plano de Controle da Contaminação Ambiental, a ser aprovado pelo órgão ambiental competente, no âmbito do processo de licenciamento ambiental. Tal previsão, em alguma medida, foi incluída no Substitutivo, já que consta a previsão de medidas protetivas, mitigadoras e compensatórias para os efeitos reais ou potenciais do empreendimento.

- O PL nº 6.908/2013 dispõe sobre as exigências ambientais para a concessão de financiamentos oficiais, com o intuito de submeter a concessão de empréstimos oficiais para projetos específicos à análise de sua viabilidade ambiental. Essa previsão não foi incluída no Substitutivo, razão pela qual está sendo rejeitada.

- O PL nº 8.062/2014, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, foi um dos balizadores do Substitutivo aprovado na CMADS, o qual evoluiu para o texto que ora se propõe. Assim, o voto é pela aprovação deste projeto, na forma do Substitutivo anexo.

- O PL nº 1.546/2015, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, foi um dos balizadores do Substitutivo aprovado na CMADS, o qual evoluiu para o texto que ora se propõe. Assim, o voto é pela aprovação deste projeto, na forma do Substitutivo anexo.

- O PL nº 3.829/2015, que acresce dispositivo à Lei nº 6.938/1981, para incluir projetos de piscicultura como parte integrante do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas nos processos de licenciamento ambiental de atividades mineradoras, trata de um tema bastante específico para uma Lei Geral de Licenciamento Ambiental, razão pela qual está sendo rejeitado.

- O PL nº 4.429/2016, que dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional, está sendo contemplado no Substitutivo na forma de procedimento simplificado para tais empreendimentos.

- O PL nº 5.818/2016, que altera o art. 12 da Lei nº 6.938/1981, para tornar expressa a corresponsabilidade da instituição financeira na concessão de financiamento a projetos ambientais sujeitos a licenciamento ambiental, não está sendo considerado no âmbito do Substitutivo proposto.

- O PL nº 6.411/2016, acresce o § 6º ao art. 35 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e altera a descrição do Código 20 do anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para dispensar do licenciamento ambiental a atividade de silvicultura quando o plantio e a condução de espécies florestais nativas ou exóticas desde que localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente ou de Reserva Legal.

- O PL nº 6.877/2017, que altera a Lei nº 6.938/1981, para incluir a análise de risco de desastre no âmbito do licenciamento ambiental, também está sendo contemplado no Substitutivo sob a forma de estímulo, na medida em que prevê condições especiais de licenciamento para o empreendedor que possua seguros, garantias ou fianças ambientais de sua atividade ou empreendimento.

- O PL nº 7.143/2017, que altera a Lei nº 6.938/1981, para dispor sobre o processo de licenciamento ambiental, ao prever procedimentos diferenciados de acordo com a natureza, porte e potencial poluidor do empreendimento, também está sendo considerado no Substitutivo.

O Substitutivo aqui proposto pretende delinear regras gerais para o processo de licenciamento ambiental, nele incluído o EIA/Rima. Por se tratar de competência legislativa concorrente, as regras gerais se aplicam aos órgãos federais, seccionais (estaduais) e locais integrantes do Sisnama, o que não impede que esses dois últimos sejam mais rígidos ou detalhem seus procedimentos, desde que seguidas as diretrizes desta Lei Geral de Licenciamento Ambiental.

A autonomia dos órgãos ambientais foi reforçada, ao se afirmar expressamente que o poder decisório compete a eles enquanto autoridades licenciadoras (art. 2º, IV). Ficou bem definido o papel das autoridades envolvidas no processo de licenciamento que não integram o Sisnama, esclarecendo que a sua manifestação não vincula a decisão da autoridade licenciadora (art. 2º, III). Do Substitutivo aprovado na CMADS para o texto atual, evoluiu-se ao listar expressamente as autoridades envolvidas, quais sejam:

- Fundação Nacional do Índio – Funai;
- Fundação Cultural Palmares – FCP;
- autoridades responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural;
- órgãos gestores de unidades de conservação; e
- demais órgãos e autoridades do Sisnama, conforme o § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

Nesse contexto, o órgão gestor de unidades de conservação passa a ser considerado órgão envolvido, sem o poder de veto a ele atribuído pelo § 3º do art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Considera-se que a explicitação desse caráter consultivo é essencial para que o poder decisório dos gestores ambientais em relação à licença ambiental não seja questionado. É a autoridade licenciadora competente integrante do Sisnama que reúne os dados necessários para a análise integrada dos efeitos adversos e benéficos do empreendimento que está sendo licenciado, ou seja, para avaliar seu



impacto ambiental. As autoridades envolvidas de outras áreas de políticas públicas têm mantidas todas as suas prerrogativas legais, mas a palavra final sobre a licença ambiental deve caber ao órgão ambiental competente.

Ainda sobre esse assunto, cabe comentar que o fato de o Ibama e parte dos órgãos estaduais e municipais do Sisnama não possuírem, atualmente, técnicos suficientes para análise dos efeitos no meio socioeconômico não pode ser usado para enfraquecer os dispositivos legais que procuram assegurar a análise integrada dos diferentes aspectos abordados no licenciamento ambiental. O meio socioeconômico integra as avaliações ambientais, no mínimo, desde a Lei da Política de 1981, e alterações restringindo o campo de análise dos órgãos ambientais significariam retrocesso inaceitável.

Considera-se que o papel da licença ambiental está bem delimitado no Substitutivo, estabelecendo-se que as condicionantes ambientais devem ser acompanhadas de fundamentação técnica por parte da autoridade licenciadora, que aponte a relação direta com os impactos ambientais da atividade ou empreendimento identificados nos estudos requeridos no processo de licenciamento ambiental, considerando os meios físico, biótico e socioeconômico, bem como ser proporcionais à magnitude desses impactos (art. 8º, § 1º).

Foram previstos processos de licenciamento diferenciados, de acordo com o potencial poluidor ou degradador do empreendimento, considerando sua natureza e seu porte, cujos critérios e parâmetros serão definidos pelos entes federativos. O licenciamento ambiental poderá ocorrer pelo procedimento com EIA/Rima, no caso de atividade ou empreendimento potencialmente causador de significativa poluição ou outra forma de degradação do meio ambiente, ou pelo procedimento simplificado, nos demais casos.

Há ainda a possibilidade de oferecer condições especiais de licenciamento para aqueles que adotarem tecnologias comprovadamente mais eficazes de controle ambiental. Entre essas condições, podem ser mencionadas: redução dos prazos de análise, dilação de prazos de renovação

das licenças, simplificação do procedimento de licenciamento ou outras medidas cabíveis, a critério do órgão colegiado consultivo ou deliberativo do Sisnama.

Também é prevista no Substitutivo a criação da licença ambiental por adesão e compromisso (LAC), pela qual se autoriza a instalação e a operação de atividade ou empreendimento mediante declaração de adesão e compromisso do empreendedor aos critérios, pré-condições, requisitos e condicionantes ambientais estabelecidos pela autoridade licenciadora, desde que se conheçam previamente os impactos ambientais da atividade ou empreendimento, as características ambientais da área de implantação e as condições de sua instalação e operação (art. 17). Valoriza-se, com isso, a confiança mútua na relação entre Estado e sociedade, sem prejuízo da ação fiscalizatória do cumprimento das obrigações assumidas.

De acordo com o Substitutivo proposto, a autoridade licenciadora deverá elaborar Termo de Referência (TR) padrão para o EIA e demais estudos ambientais, específico para cada tipologia de atividade ou empreendimento, o qual poderá, ouvido o empreendedor, passar por ajustes, considerando as especificidades da atividade ou empreendimento e de sua área de influência (art. 19). Destaca-se que o TR será elaborado considerando o nexo de causalidade entre os elementos e atributos do meio ambiente e os potenciais impactos da atividade ou empreendimento.

Privilegiou-se a disponibilização de informações ao público, com uma seção específica tratando do assunto, na qual se garante ampla transparência do processo de licenciamento, resguardados eventuais sigilos legalmente assegurados (arts. 25 a 27). Busca-se incentivar o aproveitamento de estudos ambientais por empreendimentos localizados em áreas de influência sobrepostas, para evitar ou minimizar a repetição de estudos sobre a mesma área. Estudos rejeitados também passam a ser alvo de divulgação, com a indicação dos motivos que ensejaram sua reprovação pela autoridade licenciadora. A transparência nesse campo tende a elevar a competitividade e também a qualidade dos estudos elaborados por consultorias especializadas.

A participação social foi assegurada no Substitutivo, ao se prever, no mínimo, uma audiência pública antes da decisão final sobre a emissão da LP, além de outros mecanismos de participação (arts. 28 e 29).

Foram fixados prazos de análise para cada tipo de licença ambiental, e reforçada a disposição já existente na Lei Complementar nº 140/2011 de um único pedido de complementação no decorrer do processo (arts. 32 e 33). O decurso do prazo de análise não significa licenciamento tácito, mas pode instaurar a competência supletiva de licenciamento, nos termos da referida lei complementar.

Também foi estipulada regra para a emissão de autorizações de supressão de vegetação ou outras que se fizerem necessárias ao pleno exercício da licença ambiental, a cargo de órgão integrante do Sisnama ou de ente governamental de outra área de políticas públicas (art. 36). Nos termos do Substitutivo, estas deverão ser emitidas antes ou concomitantemente à licença ambiental.

Além disso, é importante destacar a inserção, no Substitutivo, da avaliação ambiental estratégica (AAE), que consiste em instrumento de apoio à tomada de decisão, subsidia opções estratégicas de longo prazo, promove e facilita a integração dos aspectos ambientais com os aspectos socioeconômicos, territoriais e políticos nos processos de planejamento e formulação de políticas, planos e programas governamentais (arts. 38 e 39). O texto deixa claro que a AAE não poderá ser exigida como requisito para o licenciamento ambiental e sua inexistência não obstará ou dificultará o processo de licenciamento.

Tal inclusão objetiva preencher uma lacuna histórica da legislação ambiental pátria, de modo a dotá-la de um novo instrumento, que enseje avaliar, prévia e estrategicamente, políticas, planos e programas governamentais mais amplos, buscando evitar que tais questões venham a desembocar no balcão do licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos específicos.

Com tais propostas, o Substitutivo objetiva assegurar eficácia, eficiência e coerência técnica ao licenciamento ambiental. Ele também

pretende alcançar maior transparência e controle social sobre os efeitos adversos produzidos pelas atividades ou empreendimentos, bem como sobre as medidas protetivas, mitigadoras e compensatórias, não somente antes da obtenção das licenças ambientais, mas durante toda a sua operação.

Com relação às atribuições dos entes federados para o licenciamento ambiental, tratada em detalhe nos arts. 3º e 4º do PL nº 3.729/2004 e 4º a 6º do PL nº 3.957/2004, bem como nos PLs nºs 5.576/2005 e 2.029/2007, não foram incluídas no Substitutivo, por já ter sido tal questão normatizada no inciso XIV dos arts. 7º (ações administrativas da União), 8º (ações dos estados) e 9º (ações dos municípios) da anteriormente citada Lei Complementar nº 140/2011.

Nas disposições complementares e finais, o Substitutivo trata, sobretudo, das condições para a realização de estudos de viabilidade em unidades de conservação e em terras indígenas, bem como das ações de resposta imediata nas situações de emergência ou estado de calamidade pública decretada por estados, municípios ou pelo Distrito Federal (arts. 40 a 42).

Por fim, o Substitutivo revoga, na Lei de Crimes Ambientais, a modalidade culposa da conduta de funcionário público que concede licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais (art. 46). A medida tende a reduzir a cautela excessiva de servidores públicos dos órgãos ambientais, traduzida em uma alta carga burocrática, pelo temor da punição severa na esfera criminal. A modalidade dolosa, por outro lado, permanece na lei.

Espera-se que, com a aprovação e entrada em vigor da Lei Geral, o licenciamento ambiental não seja mais encarado como um entrave burocrático e impeditivo ao desenvolvimento, tampouco como mero mecanismo utilizado para angariar legitimidade social e política para a implantação de atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente causador de poluição ou outra forma de degradação ambiental.

Pelo contrário, almeja-se que a futura Lei constitua um instrumento legítimo de planejamento econômico, social e ambiental,

permitindo uma avaliação precisa, ágil e transparente da distribuição dos ônus e benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos da implantação de cada atividade ou empreendimento licenciado perante as autoridades que integram o Sisnama, tendo como objetivo final, além de sua viabilidade econômica, trilhar o rumo do desenvolvimento sustentável, que a Nação almeja alcançar.

Pelo exposto, voto pela adequação financeira e orçamentária do projeto principal, PL nº 3.729/2004, e dos PLs nºs 3.957/2004, 5.435/2005, 5.576/2005, 1.147/2007, 2.029/2007, 358/2011, 1.700/2011, 2.941/2011, 5.716/2013, 5.918/2013, 6.908/2013, 8.062/2014, 1.546/2015, 3.829/2015, 4.429/2016, 5.818/2016, 6.411/2016, 6.877/2017 e PL 7.143/2017, apensados, bem como dos Substitutivos da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); e, no mérito:

- pela **aprovação** dos Projetos de Lei nºs 3.729/2004, 3.957/2004, 5.435/2005, 358/2011, 1.700/2011, 2.941/2011, 5.716/2013, 5.918/2013, 8.062/2014, 1.546/2015, 3.829/2015, 4.429/2016, 6.411/2016, 6.877/2017 e 7.143/2017, **na forma do Substitutivo anexo**; e

- pela **rejeição** dos Projetos de Lei nºs 5.576/2005, 1.147/2007, 2.029/2007, 6.908/2013 e 5.818/2016.

É o nosso Voto, que submetemos a este Plenário, clamando pela aprovação sobre a Lei Geral de Licenciamento Ambiental.

Sala das Sessões, em            de            de 2017.

Deputado MAURO PEREIRA-PMDB-RS

Relator

## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.729, DE 2004**

**(E aos PLs nºs 3.957/2004, 5.435/2005, 358/2011, 1.700/2011, 2.941/2011, 5.716/2013, 5.918/2013, 8.062/2014, 1.546/2015, 3.829/2015 ,4.429/2016, 6.411/2016, 6.877/2017 e 7.143/2017)**

Institui a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica e dá outras providências; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

### **CAPÍTULO 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei, denominada Lei Geral de Licenciamento Ambiental, estabelece normas gerais para o licenciamento de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente, previsto no art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e institui a avaliação ambiental estratégica (AAE).

§ 1º As disposições desta Lei aplicam-se:

I – ao licenciamento ambiental realizado perante os órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), observadas as atribuições estabelecidas na Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011;

II – à AAE realizada pelos órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios responsáveis pela formulação de políticas, planos ou programas governamentais.

§ 2º As normas sobre licenciamento ambiental estabelecidas por estados, Distrito Federal e municípios por decorrência desta Lei e de sua regulamentação, incluindo os atos normativos dos órgãos colegiados do Sisnama, observarão as regras de aplicação nacional.

§ 3º O licenciamento ambiental deve prezar pela participação pública, transparência e controle social, pela preponderância do interesse público, pela celeridade e economia processual, pela prevenção do dano ambiental e pela análise integrada dos impactos ambientais.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – área diretamente afetada (ADA): área necessária para a implantação, manutenção e operação de atividades ou empreendimentos;

II – área de influência: área que sofre os impactos ambientais da construção, instalação, ampliação e operação de atividades ou empreendimentos, conforme delimitação apontada no estudo ambiental e aprovada pela autoridade licenciadora;

III – autoridade envolvida: órgão ou entidade da administração pública que, nos casos previstos nesta Lei, pode se manifestar de forma não vinculante no licenciamento ambiental sobre os temas de sua competência, compreendendo:

- a) Fundação Nacional do Índio – Funai;
- b) Fundação Cultural Palmares – FCP;
- c) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e demais autoridades responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural; e
- d) órgãos executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC;

IV – autoridade licenciadora: órgão ou entidade da administração pública, integrante do Sisnama, competente pelo licenciamento ambiental na forma da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que detém o poder decisório e responde pela emissão e renovação das licenças ambientais;

V – avaliação ambiental estratégica (AAE): instrumento de apoio à tomada de decisão, que subsidia opções estratégicas de longo prazo, promove e facilita a integração dos aspectos ambientais com os aspectos socioeconômicos,

territoriais e políticos nos processos de planejamento e formulação de políticas, planos e programas governamentais;

VI – condicionantes ambientais: medidas, condições ou restrições sob responsabilidade do empreendedor, estabelecidas no âmbito das licenças ambientais pela autoridade licenciadora, com vistas a evitar, mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos identificados nos estudos ambientais, observados os requisitos estabelecidos nesta Lei;

VII – empreendedor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável por atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental;

VIII – estudo ambiental: estudo relativo aos aspectos e impactos ambientais de atividade ou empreendimento, apresentado pelo empreendedor como subsídio no âmbito do procedimento de licenciamento ambiental;

IX – estudo prévio de impacto ambiental (EIA): estudo ambiental de atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente causador de significativa poluição ou outra forma de significativa degradação do meio ambiente, a ser realizado previamente para a análise da sua viabilidade ambiental;

X – licença ambiental: ato administrativo por meio do qual a autoridade licenciadora autoriza a localização, a construção, a instalação, a ampliação, a modificação ou a operação de atividade ou empreendimento sujeito ao licenciamento ambiental e estabelece as condicionantes ambientais cabíveis;

XI – licença ambiental por adesão e compromisso (LAC): licença que autoriza a instalação e a operação de atividade ou empreendimento, mediante declaração de adesão e compromisso do empreendedor aos critérios, pré-condições, requisitos e condicionantes ambientais estabelecidos pela autoridade licenciadora, desde que se conheçam previamente os impactos ambientais da atividade ou empreendimento, as características ambientais da área de implantação e as condições de sua instalação e operação;

XII – licença ambiental única (LAU): licença que autoriza a instalação e a operação de atividade ou empreendimento, aprova as ações de controle e monitoramento ambiental e estabelece condicionantes ambientais para a sua instalação e operação e, quando necessário, para a sua desativação, em uma única etapa;



XIII – licença de instalação (LI): licença que autoriza a instalação de atividade ou empreendimento, aprova os planos, programas e projetos de prevenção, mitigação ou compensação dos impactos ambientais negativos e de maximização dos impactos positivos e estabelece condicionantes ambientais;

XIV – licença de operação (LO): licença que autoriza a operação de atividade ou empreendimento, aprova as ações de controle e monitoramento ambiental e estabelece condicionantes ambientais para operação e, quando necessário, para a sua desativação;

XV – licença de operação corretiva (LOC): ato administrativo que regulariza atividade ou empreendimento que opera sem licença ambiental, por meio da fixação de condicionantes e outras medidas que viabilizam sua continuidade e conformidade com as normas ambientais;

XVI – licença prévia (LP): licença que atesta, na fase de planejamento, a viabilidade ambiental de atividade ou empreendimento quanto à sua concepção e localização, e estabelece requisitos e condicionantes ambientais;

XVII – licenciamento ambiental: procedimento administrativo destinado a licenciar atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente causador de poluição ou outra forma de degradação do meio ambiente;

XVIII – órgãos executores do Sistema Nacional de Unidade de Conservação-SNUC: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, em caráter supletivo, os órgãos estaduais, municipais e distrital, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais, municipais e distrital, nas respectivas esferas de atuação;

XIX – relatório de caracterização do empreendimento (RCE): documento a ser apresentado no procedimento de licenciamento ambiental por adesão e compromisso, com informações técnicas sobre a instalação e operação de atividade ou empreendimento e a identificação e caracterização dos impactos ambientais e das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias;

XX – relatório de controle ambiental (RCA): documento exigido no procedimento de licenciamento ambiental corretivo contendo dados,

informações, identificação dos passivos e dos impactos ambientais de atividade ou empreendimento em operação e, quando couber, medidas mitigadoras, de controle e de monitoramento ambiental;

XXI – relatório de impacto ambiental (Rima): documento que reflete as conclusões do EIA, apresentado de forma objetiva e com informações em linguagem acessível ao público em geral, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens da atividade ou empreendimento, bem como as consequências ambientais de sua implantação, com o conteúdo mínimo previsto nesta Lei; e

XXII – termo de referência (TR): documento único emitido pela autoridade licenciadora, que estabelece o conteúdo dos estudos a serem apresentados pelo empreendedor no licenciamento ambiental para avaliação dos impactos ambientais decorrentes da atividade ou empreendimento.

## **CAPÍTULO 2 DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

### **Seção 1**

#### **Disposições Gerais sobre o Licenciamento Ambiental**

**Art. 3º** A construção, a instalação, a ampliação e a operação de atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente causador de poluição ou outra forma de degradação do meio ambiente, estão sujeitas a prévio licenciamento ambiental perante a autoridade licenciadora integrante do Sisnama, sem prejuízo das demais licenças e autorizações exigíveis.

§ 1º Os órgãos colegiados deliberativos do Sisnama definirão as tipologias de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, respeitadas as atribuições previstas na Lei Complementar nº 140, de 2011.

§ 2º Até que sejam definidas as tipologias conforme o § 1º, cabe à autoridade licenciadora adotar o procedimento em vigor até a data da publicação desta lei.

§ 3º A lista das tipologias de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental referida no § 1º deverá ser atualizada sempre que necessário.

**Art. 4º** O licenciamento ambiental poderá resultar nos seguintes tipos de licenças ambientais:

- I – licença prévia (LP);
- II – licença de instalação (LI);
- III – licença de operação (LO);
- IV – licença ambiental única (LAU);
- V – licença por adesão e compromisso (LAC); e
- VI – licença de operação corretiva (LOC).

§ 1º São subsídios para a emissão das licenças ambientais:

- I – EIA ou demais estudos ambientais, conforme TR definido pela autoridade licenciadora, para a LP;
- II – projeto básico ambiental ou similar, acompanhado dos elementos de projeto de engenharia e relatório de cumprimento das condicionantes ambientais, conforme cronograma físico, para a LI;
- III – relatório de cumprimento das condicionantes ambientais, conforme cronograma físico, para a LO;
- IV – estudo ambiental e elementos de projeto de engenharia, para a LAU;
- V – RCE, para a LAC; ou
- VI – RCA, para a LOC.

§ 2º A LI poderá autorizar teste operacional ou teste de avaliação prévia dos sistemas de controle de poluição da atividade ou empreendimento.

§ 3º Excepcionalmente, tendo em vista a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento, poderão ser definidas licenças específicas por ato normativo da autoridade competente.

§ 4º A licença de instalação de empreendimentos lineares destinados aos modais ferroviário e rodoviário, assim como serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica, deverá contemplar programas e condicionantes ambientais, de forma a permitir o início da operação logo após o término das instalações.

**Art. 5º** As licenças ambientais devem ser emitidas observados os seguintes prazos de validade:

I – o prazo de validade da LP será de no mínimo 3 (três) anos e no máximo 6 (seis) anos, considerando o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos à atividade ou empreendimento, aprovado pela autoridade licenciadora;

II – o prazo de validade da LI e da LP aglutinada à LI do procedimento bifásico (LP/LI) será de no mínimo 3 (três) anos e no máximo 6 (seis) anos, considerando o estabelecido pelo cronograma de instalação da atividade ou empreendimento, aprovado pela autoridade licenciadora; e

III – o prazo de validade da LAU, da LO, da LI aglutinada à LO do procedimento bifásico (LI/LO) e da LOC considerará os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 5 (cinco) anos.

§ 1º Os prazos previstos no inciso III do *caput* serão ajustados pela autoridade licenciadora se a atividade ou empreendimento tiver tempo de finalização inferior a eles.

§ 2º Os prazos máximos de validade das licenças previstas no inciso III serão determinadas pela autoridade licenciadora, de forma justificada, e não poderão ser emitidas por período indeterminado.

**Art. 6º** A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva da autoridade licenciadora.

§ 1º As licenças ambientais podem ser renovadas sucessivamente, respeitados em cada renovação os prazos máximos previstos no art. 5º.

§ 2º As renovações das licenças devem observar as seguintes condições:

I – a renovação da LP e da LI é precedida de análise sobre a manutenção ou não das condições que lhe deram origem; e

II – a renovação da LO é precedida de análise da efetividade das ações de controle e monitoramento adotadas, determinando-se os devidos ajustes, se necessários.

§ 3º A LO poderá ser renovada automaticamente, por igual período, a partir de declaração do empreendedor, em formulário disponibilizado na *internet*, desde que atendidas simultaneamente as seguintes condições:

I – as características e o porte da atividade ou empreendimento não tenham sido alterados; e

II – a legislação ambiental aplicável à atividade ou empreendimento não tenha sido alterada; e

III – as condicionantes aplicáveis tenham sido cumpridas.

§ 4º Na renovação da LAU, da LP/LI e da LI/LO, aplicam-se em tudo o que couber as disposições dos §§ 1º a 3º.

**Art. 7º** Não estão sujeitos ao licenciamento ambiental as seguintes atividades ou empreendimentos:

I – cultivo de espécies de interesse agrícola, temporárias, semiperenes e perenes, e pecuária extensiva, realizados em áreas de uso alternativo do solo, desde que o imóvel, propriedade ou posse rural estejam regulares ou em regularização na forma da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

II – silvicultura de florestas plantadas, sem prejuízo do licenciamento de acessos e estruturas de apoio, quando couber;

III – pesquisa de natureza agropecuária, que não implique em risco biológico, desde que haja autorização prévia dos órgãos competentes e ressalvado o disposto na Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; e

IV – de caráter militar previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, nos termos de ato do Poder Executivo;

V – serviços e obras de melhoria, modernização, manutenção e ampliação de capacidade em instalações pré-existentes ou em faixas de domínio e de servidão de atividades ou empreendimentos já licenciados com essa previsão, inclusive dragagens de manutenção;

VI - que não se incluam na lista de atividades ou empreendimentos qualificados como potencialmente causadores de poluição ou outra forma de degradação do meio ambiente, estabelecida na forma dos §§ 1º a 3º do art. 3º.

§ 1º O licenciamento ambiental do manejo e exploração de florestas nativas e formações sucessoras será realizado nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e demais legislações aplicáveis.

§ 2º As atividades ou empreendimentos de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo deverão cumprir as normas ambientais aplicáveis.

§ 3º O licenciamento das estruturas de apoio relacionadas ao inciso I do *caput* deste artigo, quando licenciáveis, serão feitas conforme disposições estaduais e municipais.

§ 4º A dispensa prevista no inciso V do *caput* deste artigo estende-se aos mesmos serviços e obras inclusos em atividades ou empreendimentos objeto de termo de compromisso de processo de licenciamento corretivo.

§ 5º As não sujeições ao licenciamento ambiental não eximem o empreendedor da obtenção de:

I – autorização de supressão de vegetação, nos casos previstos em lei; ou

II – outras autorizações, registros, certidões, alvarás, outorgas ou demais exigências legais cabíveis.

§ 6º Nos licenciamentos de competência municipal ou distrital, a aprovação do projeto deve ocorrer mediante a emissão de licença urbanística e ambiental integrada do empreendimento, não se exigindo outra licença da autoridade prevista no inciso IV do art. 2º desta lei, nos seguintes casos:

I – regularização fundiária ou urbanização de núcleos urbanos informais;

II – parcelamento de solo urbano;

III – instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais; e

IV – instalações operacionais de coleta, transporte e tratamento dos esgotos sanitários.

§ 7º O empreendedor poderá solicitar declaração da autoridade licenciadora de não sujeição ao licenciamento, nos termos deste artigo.

**Art. 8º** O gerenciamento dos impactos ambientais e a fixação de condicionantes das licenças ambientais devem atender à seguinte ordem de prioridade, aplicando-se em todos os casos a diretriz de maximização dos impactos positivos da atividade ou empreendimento:

I – evitar os impactos ambientais negativos;

II – minimizar os impactos ambientais negativos; e

III – compensar os impactos ambientais negativos não mitigáveis, na impossibilidade de evitá-los.

§ 1º As condicionantes ambientais devem ter fundamentação técnica que aponte a relação direta com os impactos ambientais da atividade ou empreendimento identificados nos estudos requeridos no processo de licenciamento ambiental, considerando os meios físico, biótico e socioeconômico, bem como ser proporcionais à magnitude desses impactos.

§ 2º Atividades ou empreendimentos com áreas de influência sobrepostas total ou parcialmente podem, a critério da autoridade licenciadora, ter as condicionantes ambientais executadas de forma integrada, desde que definidas as responsabilidades por seu cumprimento.

§ 3º As condicionantes estabelecidas na forma do *caput* não poderão obrigar o empreendedor a operar serviços públicos.

§ 4º O empreendedor poderá solicitar, de forma fundamentada, a revisão das condicionantes ambientais ou a prorrogação do seu prazo, pedido que deve ser respondido de forma motivada e fundamentada pela autoridade licenciadora, a qual poderá readequar seus parâmetros de execução, suspendê-las ou cancelá-las.

§ 5º O descumprimento de condicionantes das licenças ambientais, sem a devida justificativa técnica, sujeitará o empreendedor à aplicação das sanções penais e administrativas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seu regulamento ou legislação estadual ou municipal correlata, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados.

**Art. 9º** Sem prejuízo da exigência de EIA nos termos desta Lei, caso sejam adotadas, pelo empreendedor, novas tecnologias, programas voluntários de gestão ambiental ou outras medidas que comprovadamente permitam alcançar resultados mais rigorosos do que os padrões e critérios estabelecidos pela legislação ambiental, a autoridade licenciadora deverá, motivadamente, estabelecer condições especiais no processo de licenciamento ambiental, incluindo:

I – redução de prazos de análise;

II – dilação de prazos de renovação da LO, LI/LO ou LAU; ou

III - outras medidas cabíveis, a critério do órgão colegiado deliberativo do Sisnama.

Parágrafo único. As medidas previstas no *caput* poderão ser estendidas, com justificativa técnica, para atividades ou empreendimentos que:

I – possuam seguros, garantias ou fianças ambientais quando do requerimento das licenças ambientais previstas no art. 4º; ou

II – assegurem melhoria das condições de saneamento ambiental.

**Art. 10.** A autoridade licenciadora, mediante decisão motivada, poderá suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I – omissão ou falsa descrição de informações determinantes para a emissão da licença;

II – superveniência de graves riscos ambientais e de saúde; ou

III – ocorrência de acidentes com significativo dano ambiental.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo será aplicado sem prejuízo da possibilidade de suspensão ou cancelamento de licença como sanção restritiva de direito, por decorrência do previsto no § 5º do art. 8º, respeitada a devida graduação das penalidades.



§ 2º As condicionantes ambientais e medidas de controle poderão ser modificadas pela autoridade licenciadora nas seguintes hipóteses:

I – na ocorrência de impactos negativos imprevistos;

II – quando caracterizada a não efetividade técnica da condicionante;

III – na renovação da LO, LI/LO ou LAU em razão de alterações na legislação ambiental; ou

IV – a pedido do empreendedor, conforme § 4º do art. 8º.

**Art. 11** O licenciamento ambiental independe da emissão da certidão de uso, parcelamento e ocupação do solo urbano emitida pelos municípios, bem como autorizações e outorgas de órgãos não integrantes do Sisnama, sem prejuízo do atendimento, pelo empreendedor, da legislação aplicável a esses atos administrativos.

Parágrafo único. A aplicação do caput não desobriga o empreendedor do atendimento da legislação aplicável aos referidos atos administrativos, nem de os estudos referentes ao licenciamento ambiental levarem em consideração o Plano Diretor municipal referido no art. 182, § 1º, da Constituição ou legislação equivalente.

## Seção 2

### Dos Procedimentos de Licenciamento Ambiental

**Art. 12.** Os entes federativos, no âmbito de suas competências, deverão definir critérios e parâmetros para a classificação do empreendimento ou atividade quanto ao rito do licenciamento ambiental a ser empregado.

Parágrafo único. O procedimento a ser utilizado será definido pelo potencial poluidor ou degradador do empreendimento, considerando sua natureza e seu porte e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação, podendo considerar o Zoneamento Ambiental previsto na Lei Complementar nº 140 de 8 dezembro de 2011, quando houver.

**Art. 13.** O licenciamento trifásico envolverá a emissão sequencial de LP, LI e LO.

§ 1º No caso de atividade ou empreendimento potencialmente causador de significativa poluição ou outra forma de degradação do meio ambiente, o licenciamento trifásico exigirá EIA na fase de LP.

§ 2º Poderá ser exigido EIA, independentemente da localização, para atividades ou empreendimentos cuja natureza e porte caracterizem, por si só, potencial de significativa poluição ou outra forma de degradação do meio ambiente, consoante definição dos órgãos colegiados deliberativos do Sisnama.

§ 3º Excepcionalmente, poderão ser aplicáveis duas licenças no procedimento com EIA, quando:

I – a LP, LI ou LO, isoladamente, forem incompatíveis com a natureza da atividade ou empreendimento, nos termos de ato dos órgãos colegiados deliberativos do Sisnama; ou

II – a atividade ou empreendimento estiver incluso em política, plano ou programa governamental que tenha sido objeto de AAE, previamente aprovada pelos órgãos central, seccionais ou locais do Sisnama, em suas respectivas esferas de competência.

§ 4º Até que seja publicado o ato previsto no inciso I do § 3º, a autoridade licenciadora poderá, de forma motivada, decidir quanto à emissão concomitante de licenças.

§ 5º Na hipótese prevista no inciso II do § 3º, *as análises realizadas no âmbito da AAE* poderão resultar na dispensa parcial do conteúdo do EIA, a critério da autoridade licenciadora.

**Art. 14.** O licenciamento ambiental pelo procedimento simplificado, observado o disposto no art. 12, poderá ser:

I – bifásico;

II – em fase única; ou

III – por adesão e compromisso.

**Art. 15.** O procedimento bifásico aglutina duas licenças em uma única licença e será aplicado nos casos em que as características da atividade ou

empreendimento sejam compatíveis com esse procedimento, conforme avaliação da autoridade licenciadora.

§ 1º A autoridade licenciadora definirá na emissão do TR as licenças que poderão ser aglutinadas, podendo ser a LP com a LI (LP/LI) ou a LI com a LO (LI/LO).

§ 2º A autoridade licenciadora estabelecerá o estudo ambiental pertinente que subsidiará o licenciamento ambiental pelo procedimento bifásico.

**Art. 16.** O procedimento em fase única avalia em uma única etapa a viabilidade ambiental e autoriza a instalação e operação da atividade ou empreendimento, com a emissão da LAU.

Parágrafo único. A autoridade licenciadora definirá o estudo ambiental pertinente que subsidiará o licenciamento ambiental pelo procedimento em fase única, podendo o estudo ser dispensado de forma justificada pelo órgão licenciador.

**Art. 17.** O procedimento por adesão e compromisso poderá ser aplicado desde que sejam conhecidas as características ambientais da área de implantação e as condições de instalação e operação da atividade ou empreendimento, sejam conhecidos e mensurados previamente os seus impactos ambientais, bem como definidas as medidas de controle dos impactos ambientais negativos.

§ 1º Serão consideradas atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental pelo procedimento por adesão e compromisso aqueles definidos em ato específico dos órgãos colegiados deliberativos do Sisnama.

§ 2º A autoridade licenciadora estabelecerá previamente os requisitos e as condicionantes ambientais para aplicação do *caput*.

§ 3º As autoridades envolvidas poderão participar da elaboração dos padrões e condicionantes ambientais previstos no *caput*, quando couber.

§ 4º As informações apresentadas pelo empreendedor no RCE serão conferidas e analisadas pelo Poder Público competente.

### Seção 3

#### Do Licenciamento Ambiental Corretivo

**Art. 18.** O licenciamento ambiental corretivo voltado à regularização de atividades ou empreendimentos que iniciaram a operação até a data de publicação desta Lei sem licença ambiental ocorre pela expedição de LOC.

§ 1º Caso haja manifestação favorável ao licenciamento ambiental corretivo pela autoridade licenciadora, deverá ser firmado termo de compromisso entre ela e o empreendedor anteriormente à emissão da LOC.

§ 2º O termo de compromisso estabelecerá os critérios, os procedimentos e as responsabilidades de forma a promover o licenciamento ambiental corretivo.

§ 3º A LOC define as condicionantes e outras medidas necessárias para a regularização ambiental e seus respectivos prazos, bem como as ações de controle e monitoramento ambiental para a continuidade da operação da atividade ou empreendimento, em conformidade com as normas ambientais.

§ 4º Aplicam-se ao licenciamento ambiental corretivo, no que couber, as disposições do art. 79-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

§ 5º A assinatura do termo de compromisso impede novas autuações fundamentadas na ausência da respectiva licença ambiental.

§ 6º O disposto no § 5º não impede a aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento do próprio termo de compromisso.

§ 7º As disposições sobre renovação automática previstas no § 2º do art. 6º aplicam-se à LOC.

§ 8º Se a autoridade licenciadora concluir pela impossibilidade de expedição de LOC, deve estipular objetivamente as medidas para desmobilização e recuperação do ambiente afetado, às expensas do empreendedor.

§ 9º As atividades ou empreendimentos que já se encontram com processo de licenciamento ambiental corretivo em curso na data de publicação desta Lei poderão se adequar às disposições desta Seção.

#### **Seção 4**

##### **Do EIA e demais Estudos Ambientais**

**Art. 19.** A autoridade licenciadora deverá elaborar Termo de Referência (TR) padrão para o EIA e demais estudos ambientais, específico para cada tipologia

de atividade ou empreendimento, ouvidas as autoridades referidas no inciso III do art. 2º, quando couber.

§ 1º A autoridade licenciadora, ouvido o empreendedor, poderá ajustar o TR, considerando as especificidades da atividade ou empreendimento e de sua área de influência.

§ 2º Nos casos em que houver necessidade de ajustes no TR nos termos do § 1º, a autoridade licenciadora concederá prazo de 15 (quinze) dias para manifestação do empreendedor.

§ 3º O TR será elaborado considerando o nexos de causalidade entre os elementos e atributos do meio ambiente e os potenciais impactos da atividade ou empreendimento.

§ 4º A autoridade licenciadora terá o prazo máximo de 30 (trinta dias) dias para disponibilização do TR ao empreendedor, a contar da data do requerimento.

**Art. 20.** O EIA deve ser elaborado de forma a contemplar:

I – concepção e características principais da atividade ou empreendimento e identificação dos processos, serviços e produtos que o compõem, assim como identificação e análise das principais alternativas tecnológicas e locacionais, quando couber, confrontando-as entre si e com a hipótese de não implantação da atividade ou empreendimento;

II – definição dos limites geográficos da área diretamente afetada pela atividade ou empreendimento (ADA) e de sua área de influência;

III – diagnóstico ambiental da área de influência da atividade ou empreendimento, com a análise integrada dos elementos e atributos dos meios físico, biótico e socioeconômico que poderão ser afetados por ele;

IV – análise dos impactos ambientais da atividade ou empreendimento e de suas alternativas, por meio da identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando-os em negativos e positivos, de curto, médio e longo prazos, temporários e permanentes, considerando seu grau de reversibilidade e suas propriedades cumulativas e sinérgicas, bem como a distribuição dos ônus e benefícios sociais e a existência ou o planejamento de outras atividades ou empreendimentos na mesma área de influência;

V – prognóstico do meio ambiente na ADA, bem como na área de influência da atividade ou empreendimento, nas hipóteses de sua implantação ou não;

VI – definição das medidas para evitar, mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos da atividade ou empreendimento, incluindo os decorrentes da sua desativação, e maximizar seus impactos ambientais positivos;

VII – elaboração de programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados; e

VIII – conclusão sobre a viabilidade ambiental da atividade ou empreendimento.

**Art. 21.** Todo EIA deve gerar um Rima, com o seguinte conteúdo mínimo:

I – objetivos e justificativas da atividade ou empreendimento, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II – descrição e características principais da atividade ou empreendimento, bem como de sua área de influência, com as conclusões do estudo comparativo entre suas principais alternativas tecnológicas e locacionais;

III – síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência da atividade ou empreendimento;

IV – descrição dos prováveis impactos ambientais da atividade ou empreendimento, considerando o projeto proposto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V – caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção da atividade ou empreendimento e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI – descrição do efeito esperado das medidas previstas para evitar, mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos da atividade ou empreendimento ou para maximizar seus impactos positivos;

VII – programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos; e

VIII – recomendação quanto à alternativa mais favorável e conclusões.

**Art. 22.** Nos casos de atividades ou empreendimentos localizados na mesma área de influência, a autoridade licenciadora poderá aceitar estudo ambiental para o conjunto, dispensando a elaboração de estudos específicos para cada atividade ou empreendimento, sem prejuízo das medidas de participação previstas na Seção 6.

§1º Na hipótese prevista no *caput*, poderá ser emitida LP única para o conjunto de atividades ou empreendimentos, desde que identificado um responsável legal, mantida a necessidade de emissão das demais licenças específicas para cada atividade ou empreendimento.

§ 2º Para atividades ou empreendimentos de pequeno porte e similares, poderá ser admitido um único processo de licenciamento ambiental, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de atividade ou empreendimento.

**Art. 23.** Independentemente da titularidade do licenciamento, no caso de implantação de atividade ou empreendimento na área de influência de outro já licenciado, poderá ser aproveitado o diagnóstico ambiental constante no estudo ambiental anterior, desde que adequado à realidade da nova atividade ou empreendimento e resguardado o sigilo das informações previsto em lei.

§ 1º Para atender ao disposto neste artigo, a autoridade licenciadora deve manter banco de dados, disponibilizado na *internet*, integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (Sinima).

§ 2º Cabe à autoridade licenciadora estabelecer o prazo de validade dos dados disponibilizados para fins do disposto neste artigo.

**Art. 24.** A elaboração de estudos ambientais deve ser confiada a equipe habilitada nas respectivas áreas de atuação e registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.

## Seção 5

### Da Disponibilização de Informações ao Público

**Art. 25.** O pedido de licenciamento ambiental, sua aprovação, rejeição ou renovação serão publicados no jornal oficial, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pela autoridade licenciadora.

§ 1º Em caso de aprovação ou renovação, deverão constar da publicação o prazo de validade e a indicação do endereço eletrônico no qual o documento integral da licença ambiental pode ser acessado.

§ 2º A autoridade licenciadora deve disponibilizar, em meio eletrônico de comunicação de sua responsabilidade na *internet*, todos os documentos do licenciamento ambiental cuja digitalização seja viável.

§ 3º O estudo ambiental rejeitado deve ser identificado em meio eletrônico de comunicação de responsabilidade da autoridade licenciadora e no Sinima, com a indicação dos motivos que ensejaram sua reprovação.

**Art. 26.** O EIA e demais estudos e informações exigidos pela autoridade licenciadora no licenciamento ambiental são públicos, passando a compor o acervo da autoridade licenciadora, e devem integrar o Sinima.

**Art. 27.** É assegurado no processo de licenciamento ambiental o sigilo de informações garantido por lei.

## Seção 6

### Da Participação Pública

**Art. 28.** A atividade ou empreendimento sujeito ao licenciamento ambiental pelo procedimento com EIA deve ser objeto de processo de participação pública, com pelo menos 1 (uma) audiência pública presencial antes da decisão final sobre a emissão da LP.

§ 1º Na audiência pública deverá ser apresentado à população da área de influência da atividade ou empreendimento o conteúdo da proposta em análise e do seu respectivo Rima, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.

§ 2º Antes da realização da reunião presencial prevista no *caput*, o empreendedor deve disponibilizar o Rima conforme definido pela autoridade licenciadora.



§ 3º A decisão da autoridade licenciadora de realização de mais de uma reunião presencial deve ser motivada na inviabilidade de realização de um único evento, na complexidade da atividade ou empreendimento, na amplitude da distribuição geográfica da área de influência ou outro fator relevante devidamente justificado.

§ 4º As conclusões e recomendações da audiência pública não vinculam a decisão da autoridade licenciadora e serão motivadamente rejeitadas ou acolhidas.

§ 5º Além do previsto no *caput* e § 1º deste artigo, será viabilizada a participação pública por meio da *internet*:

I – se houver requerimento do Ministério Público ou de 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, em até 10 (dez) dias após a realização das audiências públicas; e

II – em outras situações que, motivadamente, a autoridade licenciadora julgar pertinentes.

§ 6º A consulta pública prevista no § 5º deve durar, no mínimo, 15 (quinze) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias.

§ 7º Sem prejuízo do disposto no § 5º, a autoridade licenciadora poderá prever a participação pública durante o processo de licenciamento ambiental em curso, via *internet*.

§ 8º Sem prejuízo das reuniões e consultas previstas nesta Seção, a autoridade licenciadora poderá realizar reuniões participativas com especialistas e interessados.

**Art. 29.** A autoridade licenciadora poderá, a seu critério, receber contribuições por meio de reuniões técnicas presenciais ou via *internet* nos casos de licenciamento ambiental pelo procedimento simplificado.

## Seção 7

### Da Participação das Autoridades Envolvidas

**Art. 30.** A participação das autoridades envolvidas no licenciamento ambiental ocorrerá nas seguintes situações:

I – Funai: quando na área de influência existir terra indígena delimitada ou área que tenha sido objeto de portaria de interdição expedida pela Funai em razão da localização de índios isolados;

II – FCP: quando na área de influência existir terra quilombola reconhecida por Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado; e

III – IPHAN e autoridades responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural: quando na área de influência existirem bens culturais formalmente acautelados.

IV – órgãos executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: quando o empreendimento ou atividade afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento;

§ 1º A manifestação das autoridades envolvidas não vincula a decisão final da autoridade licenciadora quanto à licença ambiental.

§ 2º A manifestação dos órgãos executores do Sistema Nacional de Unidade de Conservação a que se refere o inciso IV ocorrerá nos casos de licenciamento ambiental com EIA, sempre que na área de influência existir unidade de conservação, com exceção de Áreas de Proteção Ambiental.

§ 3º As disposições do caput serão observadas sem prejuízo da legislação as normas específicas sobre os monumentos arqueológicos ou pré-históricos.

§ 4º A manifestação dos órgãos previstos no inciso IV deve se restringir aos potenciais impactos da atividade na Unidade de Conservação.

**Art. 31.** A autoridade licenciadora deverá solicitar a manifestação das autoridades envolvidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento do estudo ambiental, planos, programas e projetos relacionados à licença ambiental.

§ 1º A autoridade envolvida apresentará manifestação conclusiva para subsidiar a autoridade licenciadora no prazo máximo equivalente à metade do prazo concedido para a autoridade licenciadora, contado da data de recebimento da solicitação.

§ 2º A ausência de manifestação da autoridade envolvida no prazo estabelecido no § 1º não obsta o andamento do processo de licenciamento, nem a expedição da licença ambiental.

§ 3º No caso de a manifestação de autoridade envolvida incluir propostas de condicionantes, estas devem estar acompanhadas de justificativa técnica que demonstre sua necessidade para evitar, mitigar ou compensar impactos negativos da atividade ou empreendimento, cabendo à autoridade licenciadora rejeitar aquelas que não atendam a esse requisito.

§ 4º As autoridades envolvidas deverão acompanhar a implementação das condicionantes incluídas nas licenças relacionadas a suas respectivas atribuições, informando a autoridade licenciadora nos casos de descumprimento ou inconformidade.

## Seção 8

### Dos Prazos Administrativos

**Art. 32.** O processo de licenciamento ambiental respeitará os seguintes prazos máximos de análise para emissão da licença, contados a partir da entrega do estudo ambiental pertinente e demais informações ou documentos requeridos na forma desta Lei:

I – 10 (dez) meses para a LP, quando o estudo ambiental exigido for o EIA;

II – 6 (seis) meses para a LP, para os casos dos demais estudos;

III – 4 (quatro) meses para a LI, LO, LOC e LAU;

IV – 6 (seis) meses para as licenças do rito bifásico; e

V – 30 (trinta) dias para a LAC.

§ 1º Os prazos estipulados no *caput* poderão ser alterados em casos específicos, desde que formalmente solicitado pelo empreendedor e com a concordância da autoridade licenciadora.

§ 2º O requerimento de licença não será admitido quando, no prazo de 15 (quinze) dias, a autoridade licenciadora identificar que o EIA ou demais estudo ambiental protocolado não apresente os itens listados no TR, gerando a necessidade de reapresentação do estudo, com reinício do procedimento e da contagem do prazo.

§ 3º O decurso dos prazos máximos previstos no *caput* sem a emissão da licença ambiental não implica emissão tácita, nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra, mas instaura a competência supletiva de

licenciamento, nos termos do § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

§ 4º Na instauração de competência supletiva prevista no § 3º, o prazo de análise será reiniciado e deverão ser aproveitados, sempre que possível, os elementos instrutórios no âmbito do licenciamento ambiental, sendo vedada a solicitação de estudos já apresentados e aceitos, ressalvados os casos de vício de legalidade.

§ 5º Respeitados os prazos previstos neste artigo, as autoridades licenciadoras definirão em ato próprio os demais prazos procedimentais do licenciamento ambiental.

**Art. 33.** As exigências de complementação oriundas da análise da atividade ou empreendimento devem ser comunicadas pela autoridade licenciadora de uma única vez ao empreendedor, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos novos, nos termos do § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

§ 1º O empreendedor deverá atender às exigências de complementação no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contado do recebimento da respectiva notificação, podendo esse prazo ser prorrogado, a critério da autoridade licenciadora, desde que justificado pelo empreendedor.

§ 2º O descumprimento injustificado do prazo previsto no § 1º ensejará o arquivamento do processo de licenciamento ambiental.

§ 3º O arquivamento do processo a que se refere o § 2º não impede novo protocolo com o mesmo teor, em processo sujeito a novo recolhimento de despesas de licenciamento, bem como à apresentação das complementações de informações, documentos ou estudos que forem julgadas necessárias pela autoridade licenciadora.

§ 4º As exigências de complementação de informações, documentos ou estudos feitos pela autoridade licenciadora suspendem a contagem dos prazos previstos no art. 32, que continuam a fluir após o seu atendimento integral pelo empreendedor.

**Art. 34.** O processo de licenciamento ambiental que ficar sem movimentação durante 2 (dois) anos sem justificativa formal, mediante notificação prévia ao empreendedor, poderá ser arquivado.

Parágrafo único. Para o desarquivamento do processo, poderão ser exigidos novos estudos ou complementação dos anteriormente apresentados, bem como cobradas novas despesas relativas ao licenciamento ambiental.

**Art. 35.** Os demais entes federativos interessados podem se manifestar à autoridade licenciadora responsável, de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental, nos termos do § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, previamente à emissão da primeira licença da atividade ou empreendimento.

**Art. 36.** As autorizações ou outorgas a cargo de órgão ou entidade integrante do Sisnama que se fizerem necessárias para o pleno exercício da licença ambiental devem ser emitidas previamente ou concomitantemente a ela, respeitados os prazos máximos previstos no art. 32.

## **Seção 9**

### **Das Despesas do Licenciamento Ambiental**

**Art. 37.** Correrão às expensas do empreendedor as despesas relativas:

I – à elaboração dos estudos ambientais requeridos no licenciamento ambiental;

II – à realização de reunião presencial de audiência pública ou outras reuniões ou consultas realizadas no licenciamento ambiental;

III – ao custeio de implantação, operação, monitoramento e eventual readequação das condicionantes ambientais, nelas considerados os planos, programas e projetos relacionados à licença ambiental expedida;

IV – à publicação dos pedidos de licença ambiental ou sua renovação, inclusive nos casos de renovação automática previstos no art. 6º;

V – às cobranças previstas no Anexo da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, incluído pela Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, naquilo que couber; e

VI – às taxas e preços estabelecidos pelas legislações federal, estadual, distrital ou municipal.

§ 1º Os valores alusivos às cobranças do poder público relativos ao licenciamento ambiental devem guardar relação de proporcionalidade com o

custo e a complexidade dos serviços prestados e estar estritamente relacionados ao objeto da licença.

§ 2º A autoridade licenciadora deverá publicar os itens de composição das cobranças referidas no § 1º.

§ 3º Devem ser realizados de ofício pelos órgãos do Sisnama, independentemente de pagamento de taxas ou outras despesas, os atos necessários para a emissão de declaração de não sujeição ao licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos, nos termos do art. 7º.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

**Art. 38.** A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) tem como objetivos identificar as consequências, conflitos e oportunidades de propostas de políticas, planos e programas governamentais, considerando os aspectos ambientais, e assegurar a interação entre políticas setoriais, territoriais e de sustentabilidade ambiental no processo de tomada de decisão em tempo hábil.

Parágrafo único. A AAE será realizada pelos órgãos responsáveis pela formulação e planejamento de políticas, planos e programas governamentais, ou conjuntos de projetos estruturantes, de desenvolvimento setorial ou territorial.

**Art. 39.** A realização da AAE não exime os responsáveis de submeter as atividades ou empreendimentos que integram as políticas, planos ou programas ao licenciamento ambiental.

§ 1º Os resultados da AAE poderão conter diretrizes para, se for o caso, orientar o licenciamento ambiental.

§ 2º A AAE não poderá ser exigida como requisito para o licenciamento ambiental e sua inexistência não obstará ou dificultará o processo de licenciamento.

§ 3º Instrumentos de planejamento e de políticas, planos e programas governamentais que contenham estudos com conteúdo equiparável à AAE, na forma do regulamento, poderão ser beneficiados com o previsto no inciso II do § 1º do art. 13.

## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS

**Art. 40.** Os estudos de viabilidade de uma atividade ou empreendimento poderão ser realizados em quaisquer categorias de unidades de conservação de domínio público prevista na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, mediante autorização prévia do órgão gestor da unidade.

Parágrafo único. A interferência da realização dos estudos nos atributos da unidade de conservação deverá ser a menor possível, reversível e mitigável.

**Art. 41.** Para fins do disposto no Inciso I do art. 7º desta Lei, consideram-se:

I - imóvel rural regular aquele que não possui pendência, em relação ao cumprimento das obrigações previstas na lei 12.651 de 2012, tendo sido homologado o respectivo Cadastro Ambiental Rural – CAR e se encontre com status “regular”;

II – imóvel rural em regularização:

a) aquele que se encontre pendente de análise do respectivo CAR;

b) aquele cujo titular esteja cumprindo as obrigações, assumidas no Termo de Compromisso, perante o órgão ambiental estadual, nos termos da Lei 12.651 de 2012.

**Art. 42.** A Funai deverá, quando couber, se manifestar sobre a autorização para a realização de estudos ambientais no interior de terra indígena no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de apresentação do plano de trabalho pelo empreendedor.

Parágrafo único O descumprimento do prazo estabelecido no *caput* autoriza o empreendedor a realizar o estudo ambiental com o uso de dados secundários.

**Art. 43.** Em caso de situação de emergência ou estado de calamidade pública decretada por estados, municípios ou pelo Distrito Federal, as ações de resposta imediata ao desastre poderão ser executadas independentemente de licenciamento ambiental.

§ 1º O executor deverá apresentar à autoridade licenciadora, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data de conclusão de sua execução, informações sobre as ações de resposta empreendidas.

§ 2º A autoridade licenciadora poderá definir orientações técnicas e medidas de caráter mitigatório ou compensatório às intervenções de que trata o *caput*.

**Art. 44.** Aplica-se subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aos atos administrativos disciplinados por esta Lei.

**Art. 45.** As regras desta Lei serão aplicadas sem prejuízo das disposições legais sobre:

I – a exigência de EIA consoante a caracterização da vegetação como primária ou secundária em diferentes estágios de regeneração; e

II – a ocupação e a exploração de apicuns e salgados.

**Art. 46.** Após a entrada em vigor desta Lei, alterações no projeto original já licenciado e não previsto na licença que autorizou a operação da atividade ou empreendimento serão analisadas no âmbito do processo de licenciamento ambiental existente e, caso viáveis, serão autorizadas por meio de retificação.

**Art. 47.** Após a emissão da licença que autorizou a operação da atividade ou empreendimento, poderá ser aberto prazo de 15 (quinze dias) para contestação, pelo empreendedor, das condicionantes constantes da licença, devendo a autoridade licenciadora se manifestar em até 30 (trinta) dias.

**Art. 48.** Os profissionais que subscrevem os estudos ambientais necessários ao processo de licenciamento ambiental e os empreendedores são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

**Art. 49.** Revogam-se o parágrafo único do art. 67 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o § 2º do art. 6º da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988.

**Art. 50.** Revoga-se o § 3º do art. 36 da Lei nº 9.985, de 17 de julho de 2000.

**Art. 51.** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, em            de            de 2017.



Deputado MAURO PEREIRA-PMDB-RS

Relator